

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

PRÁTICAS ANTICENSURA PARA PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS: LUTANDO CONTRA CENSURA DE LIVROS

ANTICENSORSHIP BOOK PRACTICES FOR LIBRARIANS: FIGHTING AGAINST BOOK CENSORSHIP

Carlos Eduardo da Cunha de Souza – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Luciana de Souza Gracioso – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: a censura de livros é uma problemática que permeia a humanidade há séculos, presente de diferentes formas nas constantes disputas de poder que observamos em nossa história. Com a crescente onda de movimentos conservadores ao redor do globo, o número de grupos e ataques contra o conhecimento e a expressão de grupos marginalizados vêm aumentando cada vez mais, assim sendo observamos muitos livros se tornando alvos de censura por esses grupos. Durante a pesquisa que deu origem ao presente trabalho nós buscamos pensar em maneiras que as pessoas bibliotecárias podem se defender de ações que buscam censurar livros ao mesmo tempo que se comprometem com o caráter humanista de sua profissão e prezam pelo acesso à informação que é um direito de todo e qualquer ser humano. Assim sendo, nos empenhamos uma revisão bibliográfica sobre como e por quais motivos ocorre a censura de livros, ao mesmo tempo que observamos ações que foram utilizadas para combater a mesma; a partir dessa análise nós elencamos algumas práticas, na intenção construir um guia, que a pessoa bibliotecária pode exercer para lutar com a censura. Ao final notamos que existem diversas ações práticas e plausíveis de serem adotadas por profissionais da área, entretanto incentivamos que a problemática seja mais explorada em nossa literatura científica e que órgãos públicos ajudem a dar respaldo aos profissionais.

Palavras-chave: biblioteconomia crítica e progressista; censura de livros; práticas profissionais.

Abstract: book censorship is a problem that has permeated humanity for centuries, present in various forms in the constant power struggles we observe throughout our history. With the growing wave of conservative movements around the globe, the number of groups and attacks against the knowledge and expression of marginalized groups has been increasing, and we have observed many books becoming targets of censorship by these groups. During the research that gave rise to this work, we sought to consider ways that librarians can defend themselves against actions that seek to censor books while also committing to the humanistic nature of their profession and valuing access to information, which is a right of every human being. Therefore, we undertook a literature review on how and why book censorship occurs, while also observing actions that have been used to combat it. Based on this analysis, we listed some practices, with the intention of building a guide that librarians can use to combat censorship. In the end, we note that there are several practical and plausible actions to be adopted by professionals in the field. However, we encourage that the problem be further explored in our scientific literature and that public bodies help to support professionals.

Keywords: critical and progressive librarianship; book censorship; professional practices.

1 INTRODUÇÃO

Oliveira e Castro (2017) defendem que a censura, como conhecemos, surgiu a partir de um modelo presente na República Romana, tempo que havia profissionais chamados censores que tinham como atribuições revisar a lista de políticos, controlar contratos e fiscalizar a vida dos cidadãos romanos em nome dos bons costumes na sociedade romana. Segundo Vergueiro (1987), esses censores tinham até mesmo poder necessário para impedir que cidadãos frequentassem certos espaços ou exercessem determinadas funções públicas.

Para Viana (2023), censurar livros, e tentar de diferentes formas barrar o seu conteúdo, é um acontecimento que existe desde a invenção da própria escrita e, mesmo assim, é um assunto que não é amplamente discutido na literatura científica do Brasil, país que sofreu com tais atos em diversos momentos da sua história, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945) da Era Vargas e no Regime Militar (1964-1985). O Brasil é um país que, devido ao seu surgimento como colônia e ao longo do desenrolar de sua história, houve muitos episódios não só da censura de livro, mas também social, política e educacional; Lima (2020, p. 14) chega até mesmo a provocar com a afirmação que: “[...] a história do Brasil, também é uma história de censura”.

No século 21 temos testemunhado o avanço de grupos conservadores e reacionários que estão conseguindo subir ao poder e depois fazem o possível para minar os interesses de grupos minoritários nas representações políticas e historicamente marginalizadas (Andretta; Silveira, 2023). Nesse cenário, a pessoa bibliotecária se vê em posição de repudiar a censura e de garantir não só o acesso aos livros, mas também a liberdade intelectual, valores da classe bibliotecária que devem ser defendidos. A *Library Bill of Rights*, escrita pela *American Library Association* (ALA) (1939, p. 1, tradução nossa) afirma que: “as bibliotecas devem desafiar a censura no cumprimento de sua responsabilidade de fornecer informação e esclarecimento”. Não obstante, recentemente essa ideia foi reafirmada pela IFLA no *IFLA Statement on Libraries and Intellectual Freedom* (2019), mais recentemente com *IFLA Statement on Censorship* (2019); e em terras nacionais pelo Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). Sobre a intensidade que a censura assume e a sua forma, Leitão (2010), acredita se tratar de um volume variável, que reflete o contexto político no qual a sociedade se encontra, assim sendo não existe um padrão 100% exato para

o motivo e a forma que um livro é atacado e posteriormente censurado.

O trabalho aqui presente surgiu a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa, com a intenção de entender como ocorre a censura de livros dentro de bibliotecas, e como a pessoa bibliotecária pode resistir contra tal ato e advogar pela liberdade intelectual. Assim, mesmo nos empenhamos em uma revisão bibliográfica sobre como esses ataques que têm a intenção de barrar o acesso de usuários aos livros chegam até as bibliotecas, quais são os discursos utilizados para justificá-los e como os bibliotecários lidaram com eles. Ao fim do trabalho, construímos um guia “anticensura”, com ações e sugestões baseadas naquilo que observamos ao longo da pesquisa e que acreditamos que será útil para futuras pessoas bibliotecárias que terão de lidar com a censura em seus ambientes de trabalho.

Aqueles que se encontram no poder, e enquanto classe dominante, irão fazer o possível para se manter no *status* atual, independente de quais sejam os métodos e ações que seja necessário empregar, e sem pensar em consequências posteriores, desta forma, nós podemos vir a entender que “O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é certa potência de que alguns seriam dotados: É o nome dado a uma situação estratégica numa sociedade determinada (Foucault, 1988; p. 89)”.

Pensando tanto nas tentativas de se manter no poder quanto na censura, podemos pensar em diferentes métodos para tais práticas algumas delas sendo mais brandas como: restringimento de verbas, veto de informações, exclusão ou omissão de materiais presentes em determinados acervos (Ademodi, 2011) ou até mesmo formas mais duras e cruéis como: “tortura, morte, censura, fogueira, silêncio ou até mesmo esquecimento” (Leitão, 2010, p. 15). Baéz (2004) afirma que a destruição de livros visa a destruição do patrimônio de idéias de uma cultura, agindo com a intenção de aniquilar a mesma.

Pensando na obrigação que a pessoa bibliotecária tem contra a censura e no chamado que deve ser feito no seu combate:

Contraopondo-se ao conceito de censura, deve-se colocar o de liberdade intelectual, podendo esta ser definida como o direito dos usuários de ter acesso a todos os aspectos de todas as informações, sem que este acesso seja restrito sob hipótese alguma (Vergueiro, 1987, p. 2)

O pensamento de que todos os seres humanos devem ter acesso à informação e serem livres para exercerem sua liberdade de expressão é relatado em diferentes documentos, como a Declaração dos Direitos Humanos (1948), a Constituição Brasileira (1988) e Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018). Ao observamos

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

como a censura é condenada e há a defesa não só a liberdade de expressão, mas também a liberdade individual de que todos tenham acesso à informação e cultura, espera-se que a censura tenha se tornado uma tática obsoleta, que tal qual os regimes totalitários nazifascistas ficaram na década de 1930 e 1940 e tiveram seus fins juntos à segunda guerra mundial. Entretanto, essa não é bem a realidade que presenciamos no século 21. Andretta e Silveira (2023) apresentam os seguintes dados compilados ALA, em 2021:

[...] o número de denúncias de bibliotecários que vivenciaram censura de livros chegou a 729. Destas, 44% vieram de bibliotecas escolares e 37% de bibliotecas públicas, sendo que, de modo geral, os pedidos de censura foram requisitados por pais e responsáveis 34% e por chefia 24%, mas também por grupos religiosos 10% e por políticos 2%, entre outros atores, inclusive bibliotecários e professores (Andretta; Silveira, 2023, p. 11)

Para Cunha e Cavalcanti (2008, p. 223), temos a liberdade de pensamento como aquela: “que dá à pessoa o direito de ler e de expressar suas opiniões, crenças e doutrinas”. Para nós, enquanto profissionais da informação, temos que pensar a liberdade intelectual como a relação entre o usuário e o acesso irrestrito a qualquer tipo de informação que ele procure.

De acordo com Cavalcanti, Pajéu e Bufrem (2022), a censura aparece como o oposto da liberdade de pensamento, ou intelectual, uma vez que ela age pela eliminação de ideias, disfarçada de auxílio ou proteção. Para os autores ainda é importante que entendamos a censura como uma forma de violência, que ataca a dignidade e mutila ideias e competências, prezando por uma moral e estética singular.

Entendemos a censura como uma ferramenta de repressão utilizada de forma ampla em diversos momentos históricos, partes do mundo e contra diversos grupos ao longo da história humana. Segundo Manguel (2006), a leitura e a censura são paralelas, de forma que onde existe um acaba por existir o outro, entretanto, a censura não foi um tema amplamente explorado dentro da literatura científica brasileira. Sendo assim, esperamos que essa pesquisa possa servir de base e instigar mais pesquisas futuras sobre o tema.

Casos de tentativas de censura a livros nos últimos anos estão sendo amplamente divulgados pela mídia jornalística, devido à repercussão que causaram junto à sociedade civil, sendo abordados em alguns artigos recentes sobre o tema na atualidade, em especial em relação à censura de livros com temática de gênero (Dutra, 2021; Malta; Flexor; Costa, 2020; Souza, 2018). Para Reimão (2022), o preocupante aumento na tentativa de censurar obras literárias, observados nos últimos tempos, é um eco das crescentes ações políticas na

sociedade que são pautadas no conservadorismo e no moralismo. A censura de livros se faz presente em diversos países do globo, geralmente aparecendo com o discurso de proteger seus cidadãos da representação de comportamentos que poderiam ser considerados danosos aos valores morais de uma determinada parcela da sociedade. Podemos até mesmo pensar na situação do Brasil, entre 2019 e 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro, marcado pelo conservadorismo, fanatismo religioso, desinformação e o incentivo político à ações que poderiam inibir a liberdade de expressão, utilizando-se do discurso que era em defesa do “bons valores tradicionais”, nesses anos não faltaram ataques a jornalistas, professores e bibliotecas, porém ao mesmo tempo a população e instituições públicas se mostraram empenhadas na resistência contra tais ações (Andretta; Silveira, 2023). Hoje em dia, podemos pensar aqueles que estão empenhados na censura e destruição de livros como biblioclastas Baéz (2004); o autor ainda nota que tais grupos ainda tomam para si um livro próprio que julgam como eterno, muitas vezes se tratando de textos religiosos.

2 METODOLOGIA

Para buscar apoio na escrita do presente trabalho foi conduzida uma revisão bibliográfica sobre o tema nas bases de dados *OpenAlex* e *Oasisbr* durante mês de Julho de 2024. Optamos por buscar artigos, capítulos de livros, monografias de conclusão de curso de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado, pois acreditamos que esses seriam os arquivos que seriam úteis no desenvolvimento de nossa pesquisa científica.

Dentro das bases anteriormente citadas, utilizamos o termo de busca “censura de livros”; ou sinônimos como “livros censurados”, “livros proibidos”, “livros banidos”, “banimento de literatura”, “repressão de literatura”, “proibição de livros”, “literatura proibida”, “literatura censurada”, “literatura reprimida”, “literatura banida”; acompanhado de termos como: “biblioteca pública”, “biblioteca escolar”, “acesso à informação”, e “biblioteconomia”. Para observar o que também vêm sendo debatido no exterior, e quais países indicam mais avanços no combate da censura de livros, utilizamos expressões de busca em inglês também, assim sendo podemos pensar nos termos: “*book censorship*”, “*censored books*”, “*prohibited books*”, “*banned books*”, “*literature banishment*”, “*literature repression*”, “*book prohibition*”, “*prohibited literature*”, “*censored literature*” “*public library*”, “*scholar library*”, “*information access*” and “*librarianship*”.

Após o retorno dos resultados presentes nas bases que selecionamos nós fizemos uma leitura técnica, para nos certificarmos de que os arquivos de fato condizem com o tema de nossa pesquisa e excluir aqueles que possam ter sido retornados mais de uma vez, devido ao uso de mais de um termo chave entre os listados, o termo estar tanto em português ou inglês, ou até mesmo por se fazer presente em ambas as bases. Para produções em português não foi necessário utilizar o filtro de tempo, entretanto quando estávamos buscando produções em inglês obtivemos um enorme volume de produções, para tanto fizemos um recorte de 5 anos, coletando produções publicadas entre 2020 e 2024.

Ao final da análise dos trabalhos retornados na nossa pesquisa em base de dados, observamos que desde o início do registro de suas produções científicas até Julho de 2024, o Brasil havia produzido 78 trabalhos sobre a censura de livros, número que o resto do mundo produziu em 5 anos. Em nossa pesquisa, os Estados Unidos se configuram como o país com mais produções registradas entre 2020 e 2024, com 26 produções totais.

Com a análise dos trabalhos selecionados na base de dados, nossa investigação se voltou para os principais fatores, observados pela literatura científica, que contribuem para que um livro se torne alvo de censura e qual a percepção e reação de profissionais da informação quando isso ocorre. Assim debatemos o que ou quem está por trás da censura de livros e como tanto as pessoas bibliotecárias quanto a sociedade em si vêm enfrentando essa problemática. Também buscamos entender o porquê ocorre a censura de obras e como a luta para evitá-las se desenvolve, além de apontar possíveis caminhos que podem ser seguidos, além das ações já realizadas, ou definir sugestões para que sejam mais efetivas.

3 COMO OCORRE A CENSURA?

O imaginário popular ainda associa a censura de livros com uma ação imposta por governos autoritários, fazendo o confisco de obras subversivas e as usando para acender fogueiras em praça pública. Para nós brasileiros, principalmente que ainda temos uma ditadura militar historicamente muito próxima de nós e que deixou feridas abertas que após quase 40 anos de seu fim ainda não cicatrizaram. Entretanto, a censura de livros não precisa assumir a forma de soldados removendo livros de circulação, embora se desejar e lhe for conveniente ela pode. Talvez a cena que melhor represente essa ideia do imaginário popular seja uma que Viana (2023) coletou no formulário usado em sua pesquisa, no qual um bibliotecário conta sobre um episódio que ocorreu em uma biblioteca especializada em 1980,

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

durante a ditadura militar, onde a autoridade da instituição ordenou a remoção da obra O Capital de Karl Marx do acervo, uma vez que a obra não podia sequer ser citada.

Para Salvador (2023, p. 2), a censura de livros se trata da ação conjunta por um grupo que “sufocam palavras, imagens ou ideias” com a intenção de prevenir que as mesmas cheguem ao restante da sociedade. De acordo com Pinheiro (2021), a censura é uma antagonista não só na história da leitura, mas também na história das bibliotecas, pois forças de poder político, cultural e religioso, que influenciam a formação de consciência dos indivíduos sempre tentaram controlar o que entrava ou não nos acervos dos centros da informação; e o que se mostrava contrário ao imposto por estas forças acabava por rapidamente ser visto como uma ameaça à manutenção e existência desses poderes.

As bibliotecas tendem a ser alvo de destruição ou de controle em momentos de crise e desordem social devido ao fato de suas paredes conterem um espaço de pluralidade que abriguem todo o conhecimento humano, independente de credos ou ideologias, como pontua Leitão (2010).

Enquanto a IFLA se empenha em listar as práticas que foram utilizadas para aplicar a censura, Oliveira e Castro (2017) consideram que as diversas manifestações da censura de livros podem ser classificadas dentro de 5 formas diferentes de atuar. Abaixo, um breve resumo das cinco formas de censura compiladas pelos autores citados.

Censura Prévia: geralmente é a primeira forma de censura que se vê no imaginário popular, se tratando naquela que recebe apoio legal do regime em questão, através da utilização de documentos legais, proibições e imposições para minar o que vai contra a ideologia dominante e os seus interesses.

Censura Punitiva: como o próprio nome diz, ela se caracteriza como a punição daqueles que adotam uma ideologia ou crença diferente da que se encontra no poder. Pode ter aplicações brandas tais como: exclusão e animosidade. Ou pode ser implementada de forma mais severa a partir de perseguições, torturas e mortes.

Autocensura ou censura interna: nessa manifestação, a censura parte daquele que manuseia o objeto a ser censurado, e por vezes como não concorda com o que é veiculado no mesmo ela opta por omitir sua existência, ou disponibilidade, e praticar a censura.

Censura técnica: muitas vezes parte de uma autocensura do profissional bibliotecário, na qual utiliza-se de métodos técnicos da profissão para dificultar ou até mesmo barrar o acesso a determinadas obras.

Censura burocrática: essa manifestação da censura pode ser entendida como uma “evolução” da censura técnica, ao fazer a adoção e aplicação exacerbada de regras e normas, que acabam por tomar um caráter opressor que dificulta o acesso à informação e conhecimento.

Cabe observar que, mesmo que a censura parta de algum setor ou protesto da sociedade, ela ainda precisa de legitimação do estado para que possa se manter de pé e operante.

Andretta e Silveira (2023) estudaram casos de censura de livros e de resistência em três países diferentes, sendo eles: Kuwait, Estados Unidos e Brasil. Ainda segundo os autores anteriormente citados, notou-se que, durante o período utilizado de escopo de pesquisa, os governos dos três países possuíam características do negacionismo científico, fortalecimento de movimentos conservadores, autoritarismo e projetos antidemocráticos, ao mesmo tempo que grupos conservadores, sejam esses políticos ou religiosos, pedem pelo silenciamento de pesquisadores, educadores e bibliotecários, ao afirmarem que tais profissões devem ter atuações neutras.

3.1 Motivos e Discursos

Para Pereira (2020), desde seu início a censura mantém um funcionamento semelhante. O censor se utiliza de um discurso no qual se coloca como salvador e protetor, portanto o motivo de suas ações é totalmente justificável. Esse discurso flutua sua posição, por vezes colocando a religião como em uma posição ameaçada ou em outras a moral e os costumes, entretanto o que de fato não muda é que quanto mais se cultua e aceita tais situações, mais elas crescem. Para Andretta e Silveira (2023), as produções bibliográficas tais como livros são manifestações de saberes e, portanto, podem ser perigosas para a manutenção do poder. Baéz (2004) é um defensor da teoria de que o livro atacado não é um objeto físico, mas sim que a violência está direcionada contra a racionalidade presente no mesmo e a memória que ele representa; memória que está vinculada ao patrimônio cultural de uma sociedade.

Segundo Ballantine (2014), parentes ao redor do mundo todo estão lutando para reduzir, ou até mesmo erradicar, livros que possam ter temas relacionados a violência ou sexualidade; afirmação que podemos relacionar com uma situação de censura que foi observada por Andretta e Silveira (2023) nos Estados Unidos, mais especificamente no estado

do Tennessee, onde o pastor e teórico da conspiração pró-Trump Greg Locke, organizou um mutirão para queimar livros de ficção e literatura infantojuvenil como Harry Potter e Crepúsculo, segundo Locke para afastar a “influência demoníaca” das “famílias tradicionais”. Não contente em apenas organizar tal ato, o pastor ainda fez questão de transmiti-lo em seu *Facebook*; a ação começou com uma multidão reunida em um culto, ao redor de uma fogueira, e então as pessoas reunidas começaram a arremessar livros e pertences dentro do fogo. A transmissão obteve diferentes reações dentro da rede sociais, “corações”, “amei” e até mesmo “risadas”, que os autores acreditam representarem aqueles contrários à censura de livros e que por sua vez acabaram por acharem a ação “tosca” ou “cômica”.

Viana (2023) também observou um caso de censura que parece ter sido guiado por crenças religiosas. Ocorrido em uma biblioteca pública do Amazonas entre os anos de 2012 e 2018, na situação apresentada, a bibliotecária responsável pela instituição removeu diversas obras de caráter fantasioso, religioso, que continham citações a pessoas que escapem da heteronormatividade, ervas ou nudez; a bibliotecária responsável pelo relato constatou que a responsável estava adequando o acervo as suas próprias crenças religiosas.

Andretta e Silveira (2023) também observaram um caso ocorrido de censura em biblioteca escolar que ocorreu no estado da Virgínia nos Estados Unidos, onde sistema público educacional da cidade removeu e, posteriormente, devolveu às estantes duas obras, *Lawn boy*, de Jonathan Evison e *Gender Queer: a memoir*, de Maia Kobabe. Segundo os autores o que motivou tal situação foi que as famílias dos estudantes alegaram que as obras continham linguajar sexual impróprio para jovens. De acordo com Asbury (2021 *apud* Andretta; Silveira, 2023), os familiares ainda citaram que a obra continha representações de pedofilia. A remoção das obras acabou por não se manter por muito tempo, pois a escola em questão criou um comitê de “reconsideração de livros” constituído por pais, professores, um gestor da escola e um membro da Secretaria de Equidade e Cultura, previsto na política de coleções do sistema educacional da cidade, nesse sentido Andretta e Silveira (2023) ainda reforçam que, segundo o *Office for Intellectual Freedom* filiado à ALA, as obras *Gender Queer: a memoir* e *Lawn Boy* figuram entre as obras que sofreram mais denúncias e tentativas de censura no ano de 2021, e tal qual metade das obras que figuram entre as 10 mais denunciadas, contém a comunidade *Queer* em seus enredos.

Martins e Barradas (2023), acreditam que, quando a censura tenha cravado como alvos os livros e acervos das bibliotecas, em especial, de bibliotecas escolares, o verdadeiro

objetivo se trata de uma tentativa de imprimir uma agenda moral capaz de mudar os rumos da política e da opinião pública das crianças e adolescentes, e por consequência das futuras gerações.

Um dado que foi levantado por Viana (2023) é que na maioria das vezes a censura ocorre nos ambientes de bibliotecas escolares (50% das respostas do formulário aplicado pela autora), sendo que 28,8% das vezes elas ocorrem por autoridades da instituição e 23,1% por país ou responsáveis. O período de 2023 e 2022 foi o com maior incidência dos ditos casos, com uma porcentagem de 48,9%. E a justificativa mais utilizada é que a obra alvo da censura não é apropriada para crianças e/ou adolescentes. Na visão de Santos e Dal'Evedove (2024) e Viana (2023), podemos relacionar as disputas de poder em ambientes escolares com o processo de aprendizagem sobre crianças e adolescentes, ao pensarmos que as bibliotecas escolares são por vezes as primeiras bibliotecas com as quais as crianças têm contato, dessa forma, ao negar uma determinada informação aos usuários das bibliotecas escolares, estaremos minando suas liberdades de escolha e seus processos de aprendizagem; com o discurso que tais materiais não são próprios para jovens, acende-se assim um alerta, pois notamos que a censura surge como uma forma de tentar manter as futuras gerações longe de pensamentos contrários aos que favorecem aqueles que detém o poder para censurar livros e assim manter o atual *status quo*.

3.2 Estratégias de Combate

A censura estende seus braços para todo lugar onde há leitura, aparecendo como uma força oposta à mesma. Porém, tal qual expressado por Andretta e Silveira (2023) e Foucault (2001), onde há poder há de existir resistência, uma vez que a censura se caracteriza como uma ferramenta da manutenção do poder, leitores irão buscar formas de resistir. Complementando tal ideia, podemos pensar que a censura encontra-se em uma relação direta com as relações entre saber e poder, definidas por Foucault, podendo ser considerada uma forma de expressão e afirmação de saber que é operada por diferentes agentes, um deles podendo ser o Estado, porém tais quais as relações de poder, nas quais a censura se faz presente, está fadado a haver a resistência. E nós, pessoas bibliotecárias, não podemos nos calar diante do avanço da censura e do fortalecimento do conservadorismo. Nesse sentido, Lima e Galindo (2018) reforçam que devemos, em nossa missão profissional, enquanto mediadores da informação, defender a liberdade de investigação científica e combater

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

qualquer forma de censura, seja ela ideológica, política ou religiosa. Sobre a participação social e política da pessoa bibliotecária, Lima, Miglioli e Lima (2015, p. 21) afirmam que:

o profissional da informação tem uma responsabilidade social, por ser a incorporação da alma de uma sociedade e de seu pressuposto democrático. Sua relevância encontra-se no fato de reger o potencial inerente às coleções de maneira a promover a verdade, sem a qual sua atuação perderia o viés moral e ético.

Em 1987, Vergueiro já refletia sobre como a seleção de materiais para acervos e a manutenção dos mesmos pode ser uma temática problemática quando a pessoa bibliotecária responsável pelo acervo se encontra pressionada, seja na esfera governamental, por associações ou até mesmo indivíduos, devido ao conteúdo do material disponibilizado. Apesar da pressão exercida em ambientes dominados pelo conservadorismo, as bibliotecas públicas ainda resistem contra os ataques que sofrem, fazendo o possível para manter seus acervos, e as obras contidas nos mesmos, contando com o apoio de bibliotecários que atuam em outras instituições, criando, assim, uma rede de união e apoio mútuo, de acordo com Andretta e Silveira (2023).

Muito embora a censura de livros pareça uma questão complexa e que a sua resistência possa ser pensada como ações igualmente complexas e até mesmo como uma luta árdua, ela pode muito bem se manifestar como ações menores, mas que se demonstrem efetivas. Nesse sentido, trazemos as palavras de Andretta e Silveira (2023, p. 23), que acreditam que:

a resistência na censura aos livros, como qualquer outra (a exemplo, às artes, ao ensino, às sexualidades e a qualquer ação política) está em todos os espaços, sob as mais diversas formas, por vezes, como micro práticas, pulverizadas. A resistência assume assim forma na palavra, no silêncio, no gesto, na imobilidade, nas ações individuais, coletivas, síncronas, assíncronas, presentes e remotas.

Segundo Viana (2023), quanto ao posicionamento das pessoas bibliotecárias, a pesquisa constatou que, mesmo quando o pedido de censura vem de uma autoridade acima delas, como a coordenação ou diretoria de escolas, no âmbito de bibliotecas escolares, os profissionais da informação ainda tentam advogar pelo acesso da informação, reforçando a ideia de Santos e Dal'Evedove (2024), de que a pessoa bibliotecária deve advogar pela equidade e pela ética, permitindo uma participação justa de todos na sociedade e não se prendendo só ao caráter técnico de nossa profissão. Por vezes, os profissionais da informação que são vítimas de censura em ambientes escolares fazem a sugestão de que a obra atacada seja trabalhada de uma forma mais crítica e cuidadosa com os alunos, que se configuram como usuários da biblioteca, entretanto por vezes tais apelos são ignorados e não surtem efeito.

4 CONSTRUINDO UM GUIA “ANTICENSURA”

Diversas ações que contribuíram de alguma forma ao redor do globo para o combate da censura de livros foram notadas, e a partir das nossas próprias observações e estudos, nós podemos refletir sobre o que pode ser feito por uma pessoa bibliotecária para prestar apoio nessa causa. Tal qual Oliveira e Castro (2017), nós acreditamos que os usuários devem ser o foco de nossas práticas profissionais, pois em nossa visão, a biblioteca só pode existir enquanto houver usuários para usá-la.

Nós iremos nos basear nas recomendações presentes no *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) Statement on Censorship* (IFLA, 2019, p. 2, tradução nossa), que traz sugestões de formas para pessoas bibliotecárias combaterem a censura em ambientes informacionais e que se encontram replicadas na íntegra abaixo:

- 1 - Conheça e promova a conscientização sobre os documentos que dizem respeito tanto aos direitos humanos relevantes à informação quanto à responsabilidade do setor bibliotecário em promovê-los e defendê-los;
- 2 - Tanto quanto possível, construa coleções de bibliotecas e forneça serviços de biblioteca livres de censura intencional;
- 3 - No desenvolvimento de coleções especificamente, tente refletir toda a gama de opiniões sobre temas controversos ou toda a gama de diversidade no contexto nacional, baseando as decisões sobre o que comprar ou licenciar em considerações profissionais em vez de limitada por considerações políticas ou religiosas ou preconceito cultural;
- 4 - Eduque os usuários da biblioteca sobre questões de censura e incentivá-los a favorecer e praticar a liberdade de expressão e liberdade de acesso à informação em suas vidas pessoais e profissionais;
- 5 - Na medida do possível, garanta que as bibliotecas sejam capazes de usar a tecnologia para preservar a liberdade de acesso à informação e expressão e a capacidade de se comunicar livremente na Internet;
- 6 - Defenda a remoção das restrições de censura que afetam os serviços de biblioteca e informação e a sociedade em geral, quando necessário, levando em consideração as circunstâncias locais;
- 7 - Apoie bibliotecas e serviços de informação (e seus funcionários) que estão sendo desafiados em questões de censura;
- 8 - Informe a IFLA sobre instâncias ou práticas contínuas de censura em um estado, para que a IFLA possa apoiar uma associação de bibliotecas que esteja lidando com questões de censura no estado;
- 9 - Construa a compreensão dos riscos da autocensura.

Pensando no que foi abordado ao longo da escrita do presente trabalho e nas diretrizes replicadas logo acima, podemos tomar um momento para refletir sobre ações e formas que nós, enquanto pessoas bibliotecárias e profissionais da informação, podemos lidar com a censura de livros:

- 1 - Mantenha uma rede de apoio com outros profissionais da informação;

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

- 2 - Quando construindo uma coleção ou um acervo, busque abarcar o maior número de visões possíveis e proponha visões emancipatórias e inclusivas;
- 3 - Participe ativamente de campanhas e movimentos pela liberdade intelectual;
- 4 - Use as redes sociais ao seu favor, se presenciar atos de censura, divulgue sobre e os exponha nas redes sociais;
- 5 - Quando necessário, busque suporte em instituições acima da qual você está inserida, tais quais conselhos regionais, federais ou no caso do Brasil a FEBAB;
- 6 - Conscientize seus usuários sobre como a biblioteca é um espaço seguro e eles podem usar tal espaço para obter informações. De forma que o usuário entenda que centros da informação são necessários para o progresso, aprendizagem e manutenção da memória;
- 7 - Esteja ciente de que enquanto profissional você está comprometido com sua profissão e o código de ética da mesma, não com suas crenças morais pessoais, políticas ou religiosas;
- 8 - Advogue sempre pelo conhecimento, o direito ao conhecimento e da liberdade intelectual;
- 9 - Participe de ações na formação de futuros profissionais da informação que estejam vinculadas à formação crítica dos mesmos;
- 10 - Implemente tecnologias que você acredita que serão úteis para combater a censura e preservar a liberdade intelectual de seus usuários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combate à censura de livros não nasceu no século 21, tão pouco no século 20, e está longe de acabar, ou melhor dizendo, como é um ato que está ligado com a leitura e as disputas de poder, não veremos ser erradicado, mas isso não significa que devemos cruzar nossos braços de forma indiferente e deixar que tal problemática continue a nos assolar. Porém, nós conseguimos notar diferentes formas de combate às mesmas que ocorreram por todo o planeta, seja a partir de atos simples como a mera criação de uma rede de apoio entre profissionais, protestos virtuais ou presenciais e até mesmo ações coordenadas que visam democratizar e permitir o pleno acesso às obras que foram atacadas pela censura.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

O discurso de que um livro deve ser banido ou que não deve ser lido pois seu conteúdo é maléfico existe desde a antiguidade, e ainda assim, ele ganha força nas camadas conservadoras da nossa sociedade, pois é através do ataque ao conhecimento que movimentos conservadores se fortalecem e podem evitar que suas políticas sejam questionadas.

Através dessa pesquisa foi possível entender que a problemática da censura ainda é discutida de forma tímida na literatura brasileira. Esperamos que, ao levantar essa problemática e trazer aqui não só formas de combate, mas também levantar discursos que foram utilizados como justificativa para censurar livros, nós possamos incentivar mais pesquisas sobre o tema. Também esperamos que, através das ações que trouxemos em nosso guia, as pessoas bibliotecárias possam se proteger melhor de ataques aos seus acervos, pois ao final, a censura prejudica não só o acervo, mas também o usuário e a biblioteca como um todo.

REFERÊNCIAS

ADEMODI, O. I. A censura na biblioteconomia: análise e caminhos a serem seguidos. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 5, n. 2, p. 22-32, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/1185>. Acesso em: 27 jul. 2024.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Library Bill of Rights**. Chicago: ALA, 1939. Disponível em: <https://www.ala.org/advocacy/intfreedom/librarybill>. Acesso em: 05 jan. 2025.

ANDRETTA, P. I. S; SILVEIRA, J. P. B. As formas de resistência à censura de livros na atualidade. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, p. 1-28, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/90814>. Acesso em: 15 dez. 2024.

ASBURY, N. Fairfax schools will return 2 books to shelves after reviewing complaints over content. **The Washington Post**, Washington, 23 nov. 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/education/2021/11/23/fairfax-schools-gender-queer-lawn-boy/>. Acesso em: 05 jan. 2025.

BAÉZ, F. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérios à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BALLANTINE, J. H. **Our Social World**: Introduction to Sociology. New York: SAGE Publications, 2014.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

CAVALCANTI, M. M; PAJEÚ, H. M; BUFREM, L. S. Produção científica brasileira em ciência da informação acerca do tema censura: uma aproximação temática. **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 1, p. 301-319, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2022v27n1p301>. Acesso em: 4 jan. 2025.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DUTRA, M. P. Do anticatálogo à defesa da moral e dos bons costumes: o livro no Brasil e a censura, uma história ainda presente. **Ensaio Geral**, Niterói, n. 1, p. 65-80, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/170212>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **IFLA Statement on Censorship**. Haia: IFLA, 2019. Disponível em: https://cdn.ifla.org/wp-content/uploads/files/assets/faife/statements/ifla_statement_on_censorship.pdf. Acesso em: 28 dez. 2024

LEITÃO, B. J. M. **A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência e Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002137643>. Acesso em: 21 ago. 2024.

LIMA, A. K. A; GALINDO, M. L. Tempos de censura: reflexões sobre o posicionamento crítico e político do bibliotecário. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103057>. Acesso em: 08 jan. 2025.

LIMA, K. P.; MIGLIOLI, S.; LIMA, C. R. M. Da comissão nacional da verdade ao direito à verdade: a validação discursiva. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 31-55, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/23106>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LIMA, M. C. M. **Censura em biblioteca escolar na perspectiva dos bibliotecários**. Brasília: UnB, 2020.

MALTA, R. B.; FLEXOR, C. L. O.; COSTA, A. A. N. Uma nova velha história: sobre censura e literatura LGBT+. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, v. 61, p. 1-13. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/3ygWC93Pp4SYskjTnzN8vvv/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 15 nov. 2023.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

MANGUEL, A. **The Library at night**. Yale: Yale University Press, 2006.

MARTINS, A. A. L.; BARRADAS, J. S. Bibliotecários, censura e os novos mediadores. **Em Questão**, v. 29, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/126480>. Acesso em: 22 dez. 2024.

OLIVEIRA, A. N; CASTRO, J. L. Entre a censura e a disseminação: uma análise crítica sobre a prática profissional bibliotecária fundada na emancipação de informação e dignidade humana. **Páginas A&B**, Porto, n. 7, p. 31-50, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/9933/1/Artigo_CensuraDisseminacaoAnalise.pdf. Acesso em: 15 dez. 2024.

PEREIRA, L. K. O index de Rondônia e o que nós, bibliotecárias(os), temos a ver com isso. **Biblioo**, 27 fev. 2020. Disponível em: <https://biblioo.info/o-index-de-rondonia-e-o-que-nos-bibliotecarias-os-temos-a-ver-com-isso>. Acesso em: 05 jan. 2025.

PINHEIRO, A. V. **Censura na biblioteca**. Salvador: SIBI UFBA, 2021, 1 vídeo (1h40min34s). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34753>. Acesso em: 12 dez. 2024.

REIMÃO, S.; NERY, J. E.; MAUÉS, F. Tentativas de censura a livros nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro - 2019-2020. **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, n. 40, p. 5-18, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1679849X66347>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SANTOS, G. S.; DAL'EVEDOVE, P. R. Censura em bibliotecas escolares brasileiras: desafios para a promoção da diversidade. In: SEMINÁRIO INFORMAÇÃO INOVAÇÃO E SOCIEDADE, 9., 2024, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2024. Disponível em: <https://www.telescopium.ufscar.br/index.php/iv-siis/ivsiis/paper/viewFile/586/505>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SALVADOR, R. B. Censorship and Expurgation of the Selected Children's Literature. **The Quest: Journal of Multidisciplinary Research and Development**, Nueva Eclija, v. 2, n. 1, 2023. Disponível em: <https://neust.journalintellect.com/quest/article/view/57>. Acesso em: 07 dez. 2024.

SOUZA, W. E. R. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267-295, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/71150>. Acesso em: 25 jan. 2024.

VERGUEIRO, W. C. S. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciências da Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 21-26, 1987. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/266/266>. Acesso em: 08 jan. 2024.

VIANA, R. T. **Páginas proibidas: censura de livros no Brasil**. Florianópolis: UFSC, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/252617/TCC_Paginas-Proibidas-Censura-Livros-Brasil.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 09 jan. 2024.